

O LOBOLO DO MEU AMIGO JAIME

Paulo Granjo

No dia 27 de Dezembro de 2003, estava francamente emocionado quando me apresentei em casa do meu amigo Jaime Zucula, no bairro do Xipamanine.¹

Jaime ia nesse dia lobolar a Elsa, sua companheira há 12 anos e mãe de dois dos seus filhos.² O convite para participar na cerimónia tinha-me chegado de surpresa umas duas semanas antes, pelo fim de uma tarde de cerveja e conversa boa com operários da Mozal. Éramos, na altura, apenas dois homens que simpaticizavam e começavam a confiar um no outro. No tempo que entretanto passara, contudo, o contacto entre nós e as visitas trocadas entre as nossas famílias haviam sedimentado uma efectiva amizade – e não era já usurpado o estatuto de “conselheiro da família” com que, naquela manhã, franqueava a sua porta.

O dia que se seguiu foi para mim uma dádiva que nunca será de mais agradecer. Partilho-o aqui convosco por duas razões fundamentais:

Em primeiro lugar porque, apesar do vasto conjunto de textos que abordam o *lobolo* e das notícias que me chegaram acerca de uma antropóloga sul-africana que fará dele o seu tema de doutoramento, não consegui encontrar, impressas ou na internet, descrições etnográficas da cerimónia que sejam minimamente recentes.³ Essa estranha lacuna parece dever-se à fortuita conjugação entre, por um lado, a falta de oportunidades para observá-lo com que se confrontam aqueles que estariam interessados em descrevê-lo e, por outro, a sua quase banalidade aos olhos dos colegas moçambicanos que a ele facilmente teriam acesso. Justifica-se, assim, dar a conhecer o que realmente se passa numa cerimónia que tantas vezes vemos referida, em termos abstractos, na literatura antropológica.

Uma segunda razão para este artigo é que, devido às motivações, tensões, acontecimentos laterais e contradições que o perpassam, o *lobolo* de que vos irei falar corresponde de forma muito directa àquilo que Max Gluckman chamou “situações sociais” (Gluckman, 1987). Assim abordado, este caso salienta de que forma as representações “tradicionais” subjacentes ao *lobolo* podem, afinal, ser reapropriadas para expressar e resolver preocupações conjugais marcadamente inovadoras. Permite-nos igualmente compreender de que forma se joga nele a dignificação de todas as partes envolvidas, num quadro em que o acesso aos antepassados e o controle sobre os descendentes é manipulável em função de interesses e de desigualdades de estatuto.

São estes os aspectos que irei expor, após descrever um *lobolo* que - como provavelmente acontecerá com todos os outros - só terá de típico o seu cerimonial. De facto, o que antes ressalta quando olhamos esta instituição é a enorme variabilidade das formas como é apropriada, numa renegociação de

¹ Dedico este artigo ao Jaime, à Elsa e aos seus antepassados.

O Xipamanine é um bairro de Maputo que corresponde àquilo a que localmente se chama “caniço”, embora a grande maioria das suas casas seja hoje de alvenaria ou madeira, cobertas com chapa de zinco. Ficou celebrizado pelo seu grande mercado popular e, em Portugal, pela canção de Zeca Afonso “Carta a Miguel Djéje” (Afonso, 1996).

Conheci Jaime na fundição de alumínio Mozal, durante o trabalho de campo da minha pesquisa «Apropriação social do perigo e da tecnologia industrial: perspectiva comparativa Moçambique/Portugal», desenvolvida no quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ao abrigo de uma bolsa de pós-doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² O *lobolo*, conforme é designado na África austral e no sul da África oriental, ficou classicamente registado na antropologia como “bride wealth” ou “preço da noiva”. Utilizo aqui a expressão local, bem menos carregada ideologicamente, e o verbo “lobolar”, corrente no português falado em Moçambique.

³ Conforme quase sempre acontece relativamente ao sul de Moçambique, Henri Junod (1996 [1912]) apresenta descrições. Elas referem-se, contudo, ao final do século XIX e primeiros anos do seguinte, pouco tendo a ver com qualquer realidade recente.

estatutos, alianças e descendência em que nenhuma destas vertentes faz sentido quando tomada isoladamente.

Este lobolo

Quase todos os que vão participar directamente num *lobolo* chegam a casa do noivo bem antes da hora marcada para a sua realização. Isto porque, para além de haver bens a conferir e estratégias a combinar, essa cerimónia não se faz sem que antes se efectue uma outra, o *kuphalha*.⁴

Trata-se de uma invocação e conversa com os espíritos dos antepassados da linhagem, que idealmente deverá ser realizada antes do nascer do sol.⁵ Neste caso, eram já 8 horas da manhã quando, chegado o “mais velho” dos Zucula de uma vila distante, se dispuseram no chão os objectos necessários.



Foto 1. Dinheiro e artigos a entregar pelos Zucula no lobolo.

À volta do dinheiro e restantes bens a oferecer em *lobolo* (foto1), o noivo traçou um círculo de rapé. Dentro dele, pousou um copo cheio de vinho tinto e a garrafa de que tinha sido servido. Durante mais de meia hora, conversou-se amenamente, enquanto se esperava que os espíritos se aproximassem e aceitassem a dádiva.⁶

O seu tio paterno identificou então genealógicamente o noivo e informou os antepassados de que ele pretendia lobolar hoje a mãe dos seus filhos. Apresentando desculpas por só agora essa formalidade ser cumprida, pediu a autorização dos antepassados e a sua protecção para que tudo corresse bem. O “mais novo” dos Zucula (o filho de Jaime, chamado familiarmente “De Wilde” em honra de um antigo guarda-redes do Sporting Clube de Portugal) bebeu o vinho do copo, tendo-se as restantes pessoas presentes servido em seguida, por ordem aleatória e independentemente de serem ou não Zuculas. Só o “mais velho” deveria, conforme fez, ser o último a beber.

⁴ Leia-se com o primeiro “a” aspirado e pronunciando o “lh” com a língua arqueada e a tocar os dentes. Tal como para o *lobolo*, usarei o aporuguesado verbo “pahlhar”, que muitas pessoas pronunciavam substituindo o “lh” por um segundo “a” aspirado.

⁵ Falo de linhagem, apesar das críticas de fictividade endereçadas a esse conceito nas últimas décadas, porque, sob esse ou outros nomes, ele constitui para os agentes sociais com quem contacto no sul de Moçambique uma realidade sociológica e ontológica, e não uma qualquer abstracção desadequada, imposta a partir do exterior.

⁶ Sendo Jaime o filho mais velho de filhos mais velhos até onde é mantida memória genealógica, os espíritos dos principais antepassados da linhagem residem em sua casa. É no entanto júnior relativamente ao irmão sobrevivente do seu pai, também ele filho da esposa principal do avô – o “mais velho” referido no parágrafo anterior.

Eram cerca de 12 horas quando nos voltámos a reunir - agora para conferir, pela lista anteriormente acordada com a família da noiva, o dinheiro e objectos a entregar.⁷

Para além de 2.500.000 meticais (85 euros) de lobolo e 500.000 (17 euros) de multa pelos filhos anteriormente concebidos, teríamos que levar roupa completa para a noiva, seu pai e sua mãe, rapé e uma capulana para cada avó, um lenço, uma grade de cervejas, outra de refrescos, uma garrafão de vinho tinto e uma garrafa de vinho branco.⁸ É ainda necessário contar com notas de 10.000 meticais para colocar em cima de cada grade, garrafão ou garrafa, com 20.000 para ver cada um dos sogros vestidos, e com 50.000 meticais para ver a noiva. Será também prudente levar mais algum dinheiro, para podermos corresponder a alguma exigência de última hora, ou a eventuais regateios destes valores habituais.

A conferência do dinheiro e objectos (a que se juntam figuras importantes da família que não irão à cerimónia)⁹ é também a altura para combinar pormenores e funções, já antes propostas individualmente às pessoas respectivas. A delegação será apresentada pelo padrinho de casamento dos pais do noivo,¹⁰ cabendo a uma respeitada “tia” (a filha do tio-avô paterno) entregar os bens do *lobolo*. A filha do irmão do pai vestirá a noiva.

Findos os acertos, sou surpreendido por uma oração a Deus, em que é pedido o sucesso da missão que iremos desempenhar. Terminada ela e aproximando-se as 14 horas marcadas para o *lobolo*, a delegação põe-se a caminho em direcção à casa da mãe da noiva. Juntam-se agora a nós a irmã mais nova do noivo, a irmã da sua mãe (que só conseguiu chegar em cima da hora) e uma vizinha, que serve de testemunha popular da cerimónia. Dois rapazes da família carregam as grades de bebidas.

Embora os cubram depois com capulanas durante a cerimónia, as mulheres vestem agora os seus melhores vestidos - o que, juntamente com a mala que carregamos, chama a atenção sobre nós e identifica os nossos propósitos à medida que atravessamos o Xipamanine.

Ao aproximarmo-nos do nosso destino, iniciamos os cantos que anunciam a nossa chegada e boas intenções. Tal não obsta a que a nossa espera à entrada do quintal seja longa de quase meia hora (foto 2).

Embora tudo esteja combinado há muito tempo e, lá dentro, familiares e vizinhos se afadiguem em preparativos, mandam os costumes que quem vem lobolar seja ignorado pelos da casa, até lhes virem perguntar com modos bruscos o que desejam.

Mandados finalmente entrar, deixamos de ser tratados como visitas inoportunas. Sentados em cadeiras e – no caso das mulheres com papéis mais activos – em esteiras, o porta-voz dos Zucula diz ao que vimos. O líder dos da casa dá-nos as boas vindas e a sua esposa, que desempenhará um papel semelhante a um mestre de cerimónias, conduz-nos numa oração a Deus, pedindo que tudo se passe com harmonia e conduza a bons resultados.

⁷ Veja-se em anexo o gráfico das relações familiares entre as pessoas que tiveram papéis activos no *lobolo*.

⁸ A roupa do pai inclui camisa, gravata, sapatos e fato, a que ele preferiu o tecido respectivo e os honorários do alfaiate. A mãe tem direito a capulana (um pano de atar à cintura, com função de saia), blusa, lenço, chinelos e um pano longo, de atar bebés às costas, onde deverá colocar, durante a cerimónia, a garrafa de vinho adiante mencionada. A roupa da noiva fica ao critério da sua nova família, mas manda a dignidade desta que inclua vestido, roupa interior, sapatos, anel, pulseira, brincos e fio de ouro.

⁹ Compare-se, em anexo, a lista das pessoas presentes numa e noutra ocasião.

¹⁰ Esta pouco ortodoxa liderança dever-se-á quer à respeitabilidade da pessoa em causa e ao seu parentesco simbólico com o pai do noivo, quer ao facto de o único outro homem presente na delegação, para além de mim, ser um irmão do pai do noivo resultante de um casamento secundário - que, por isso, dificilmente poderia representar o ramo principal da linhagem. Note-se que as linhas colaterais mais importantes em cada geração estão representadas pelas mulheres com funções mais activas.



Foto 2. Longa espera, cantando, à porta da casa onde se realizará o lobolo.

Com ambas as delegações de lista em punho, a “tia” Sara expõe então sobre a esteira o dinheiro e os bens previamente combinados (foto 3). Tudo está certo.



Foto 3: A “tia” Sara, em nome dos Zucula, expõe o dinheiro e outros bens discriminados no acordo prévio, frente aos representantes das famílias da noiva.

Um problema é, no entanto, levantado. É-nos agora exigido que, em vez da garrafa de vinho branco, entreguemos uma de «bebida branca», pois o Jaime já fez filhos à noiva e «tem que ser

castigado». A declaração é acolhida com protestos e argumentos acerca dos costumes, da multa já paga, do acordo longamente discutido e onde tal exigência não consta. Ausentando-se os homens da casa para deliberar, regressam inflexíveis. Com os mais idosos já agastados, a delegação dos Zucula conferencia e aceita mandar a sua “mais nova” comprar a garrafa. De forma surpreendente para tanto regateio, os da casa sugerem que o dinheiro para a compra seja retirado do *lobolo*;¹¹ a exigência colocada foi, portanto, mais uma tomada de posição ou uma forma lúdica de animar a ocasião, do que uma exigência material.

Chegada a garrafa em litígio, a “tia” Sara pergunta de novo: «agora está tudo bem?». Respondem-nos que sim, que estão dispostos a aceitar as coisas. Iniciados pelas mulheres da delegação dos Zucula, rompem de imediato cantos acompanhados por palmas e gritos agudos intermitentes, que longamente celebram e anunciam o acordo obtido.

Ele não está, contudo, selado. A noiva, que esteve desde início fechada num quarto anexo, é chamada à sala. Informam-na de que um Jaime Zucula a veio lobolar e perguntam-lhe, como é hábito fazer-se, se o conhece. Da mesma forma que o “tio” lhe faz a pergunta com seriedade, ela responde circunspecta que sim. Perguntam-lhe então se podem aceitar «estas coisas». Ao dar a sua anuência, o acordo está selado.

De novo, o ritmo dos acontecimentos é quebrado por uma oração. Agradece-se agora o sucesso das conversações.

São então chamados os pais da noiva. Também eles são informados do acordo e da concordância da filha. Enquanto isso se passa, mais pessoas vão entrando na sala (na verdade, todos os que têm um estatuto familiar que o permita), à medida que as janelas e portas ficam tapadas pelos vizinhos e familiares juniores, espreitando de fora.

É neste ambiente que a “mestre de cerimónias” pergunta à noiva a quem deve entregar o dinheiro. Tradicionalmente, esta deveria responder com um pequeno discurso referindo os antepassados. No entanto, existe neste caso um problema, cuja resolução exigiu duras negociações ao longo de toda a manhã: o pai de Elsa não lobolou a mãe e não vive sequer com ela há bastantes anos. Pelas regras costumeiras, não tem quaisquer direitos sobre o *lobolo* e, em rigor, os representantes da sua família não deveriam ter estado entre os que nos receberam. A pergunta feita à noiva exige, assim, uma resposta mais terrena. Ela pega numa das notas e, deslocando-se sobre os joelhos, entrega-a à mãe.

Ao regressar ao seu lugar, o irmão mais velho adianta-se e, com gestos largos e teatrais, retira uma nota e mete-a no bolso. Prescinde, através deste acto, da sua autoridade sobre a irmã – embora seja raro que o seu ascendente se desvaneça.

Enquanto a noiva desaparece da sala, a “mestre de cerimónias” entrega o resto do dinheiro à sua mãe, embrulhado num lenço, e distribui as roupas e produtos pelos seus destinatários.

Também a mãe se ausenta da sala. É altura de pagarmos para ver os pais da noiva vestidos. Ela regressa já pronta e ajudamos o homem a vestir-se. É notório que, ao contrário daquilo ao que é hábito numa ocasião como esta, a mãe se mantém carrancuda, conforme estará durante toda a cerimónia.

Vestidos os pais, irrompem de novo os cantos, agora com danças, e os presentes felicitam-nos longamente.

A noiva só volta a surgir quando as celebrações acalmam e as várias pessoas se sentam.

¹¹ A palavra pode designar, conforme se nota por esta sua utilização, tanto a cerimónia como o dinheiro que nela é pago.

Vem tapada com uma capulana, escoltada à frente e atrás por duas raparigas que a conduzem até ao seu lugar.¹² Queremos ver a noiva e oferecemos os 50.000 meticais do costume (foto 4). As suas acompanhantes exclamam, contudo, que a oferta é miserável. As mulheres da nossa delegação tentam destapá-la, as amigas não deixam, mima-se uma disputa e a assistência ri.



Foto 4: A noiva é “entregue”, sendo necessário pagar para que descubra o rosto.

Saem as três, mas regressam pouco depois. Desta vez aceitam e a noiva é destapada. A Zucula que a irá vestir beija-a e dá-lhe as boas vindas à família. Coloca-lhe anel, brincos, pulseira e fio, mas a cerimónia sofre uma nova interrupção. A filha mais nova de Elsa, com 2 anos, chora pela mãe e é-lhe trazida para que lhe dê de comer.

A noiva volta a ausentar-se, regressando totalmente vestida com a roupa que trouxemos. É a altura de a felicitar a ela - de novo entre cantos e danças que têm agora como figura mais exuberante a actual esposa do seu pai. Elsa é, no entanto, particularmente seca ao receber as felicitações de ambos.

Terminados os cumprimentos, é longa a espera pela refeição que será tomada em comum. A “mestre de cerimónias” servi-la-á na esteira, depois de uma nova oração de graças que desta vez reproduz a fórmula utilizada, na liturgia católica, antes da comunhão. Embora as pessoas comam depressa, a refeição arrasta-se. Os meus compadres de delegação vão exigindo comida e bebida até se sentirem saciados.

¹² Eram, neste caso, uma irmã e uma prima, mas poderiam ter sido quaisquer amigas.

Levados os pratos e panelas, resta ainda uma última formalidade. Cada família envolvida no *lobolo* – neste caso três, por não ter sido formalizada a ligação entre os pais da noiva - apresentam às restantes os seus membros que estão presentes. Todos deverão reconhecer-se e respeitar-se como familiares, depois disto. Chegada a minha vez, é dito pela prima do noivo: «Aquele branco é meu; é amigo do Jaime e conselheiro da família.» Ao confirmar que a tradução da frase era literal,¹³ mais claro ficou para mim que, quando se diz da noiva que passou a «ser dos Zucula», se está a expressar uma situação de pertença, e não uma relação de posse.

Nada mais nos restava fazer, depois disto, que despedir-nos e regressar a casa do Jaime, onde cinco horas depois da nossa saída não se sabe ainda ao certo se o *lobolo* foi aceite. Os nossos sorrisos desfazem as dúvidas que existissem e é em festa que somos recebidos (foto 5).



Foto 5: Regressada a casa de Jaime, a delegação é recebida em festa.

De novo na sala, a delegação relata os acontecimentos aos que ficaram . Os mais idosos empolam um pouco o incidente da garrafa e a falta de seriedade e polidez que, na sua opinião, ele revela. Não há, apesar disso, muita coisa a dizer e a delegação termina, com este acto, a sua missão.

O noivo tem já, no entanto, outras coisas em mente. Precisa de vestir-se com esmero para se apresentar, no seu fato novo, em casa da sogra. Deverá lá dormir esta noite, só regressando com a esposa no dia seguinte. A regra será aproveitada para realizar no local uma pequena festa, reunindo amigos do casal que não estiveram presentes na cerimónia.

Um costume mutável

Ao que me dizem os moçambicanos que a outros assistiram e a quem o descrevi, este *lobolo* afigura-se, no essencial, bastante consentâneo com as normas e os costumes. As únicas excepções serão a utilização de «notas grandes» para pagar (novidade pouco relevante e que tenderá a generalizar-se, dado elas serem de 100.000 meticais e um *lobolo* atingir milhões), a profusão de orações (que variará com a

¹³ O português só foi utilizado nas reuniões em casa de Jaime e durante a refeição, decorrendo todo o resto da cerimónia em changana – mesmo se a origem da noiva é Chope.

pertença e empenho religiosos) e as variações impostas à cerimónia pelo facto de a mãe da noiva não ter sido lobolada. Também esta particularidade estará, contudo, longe de ser pouco habitual.¹⁴

Aliás, as próprias noções de norma e costume tornam-se demasiado taxativas, quando as aplicamos à morfologia desta cerimónia. Por exemplo, parece ter sido frequente que africanos socialmente respeitados lobolassem pessoalmente a(s) sua(s) esposa(s) - sobretudo no 3º quartel do século XX, mas não apenas nessa altura.¹⁵ O pagamento do *lobolo* “a prestações” é, por sua vez, uma situação recorrente entre as camadas economicamente mais desfavorecidas. O lobolamento da mãe por parte dos filhos, em nome de um pai já falecido (tendo em vista a dignificação de ambos e a integração na linhagem dele), é também socialmente aceite.

Mas de que cerimónia e – sobretudo - instituição estamos afinal a falar? Como a última situação referida ajuda a destacar, não nos confrontamos certamente com uma «compra da noiva» ou um vago «dote ao contrário», conforme os especialistas do exótico as caracterizavam na viragem do século XIX para o XX, e até hoje vamos lendo em textos exteriores à antropologia.

Nessa área de saber, contudo, aquilo que ficou conhecido por «*bride wealth*» é clássica e consensualmente interpretado, desde meados do século passado, como uma relação global entre grupos familiares, em que um deles se mobiliza para compensar o outro pela perda, também ela colectiva, de um dos seus membros, dos seus futuros filhos e da descendência destes (v. Gluckman, 1982 [1950]).¹⁶

No caso do sul de Moçambique, o *lobolo* seria originalmente pago em gado bovino, situação que apenas se mantém em raros contextos rurais ou em uniões de particular prestígio.¹⁷ Primeiro em equivalência e substituição de gado, depois enquanto forma de valoração autónoma, a utilização da moeda no *lobolo* veio contudo a generalizar-se - com o efémero recurso, intermédio ou concomitante, às enxadas de aço (Junod, 1996 [1912]).

Esta monetarização do *lobolo* mantém uma relação muito directa com a migração para as minas na África do Sul. Se são atribuídas outras origens à necessidade de moeda nos contextos rurais moçambicanos, é em resultado da migração mineira que esta se generaliza e disponibiliza em quantidade, permitindo a sua aplicação ao *lobolo*.¹⁸ No entanto, à medida que se instala a monetarização desta instituição, alteram-se a premência e o objectivo principal da própria ida às minas – único meio eficaz de,

¹⁴ Sem que existam dados estatísticos acerca de Maputo (onde a situação apresentará plausivelmente diferenças em relação às restantes zonas do país em que o *lobolo* é praticado), é convicção sistemática das muitas pessoas com quem falei acerca deste assunto que uma grande parte das mulheres não chegam a casar ou a ser loboladas, ou então o fazem tardiamente. Tomando como exemplo o caso que temos vindo a acompanhar, repare-se que, no quadro dos relacionamentos de Jaime dentro do bairro, ele foi o primeiro homem da sua geração (35-40 anos) a lobolar a companheira. O facto de a família da mãe de Elsa ter sido apresentada por um irmão da avó materna indica-nos, por seu lado, que tão pouco essa avó terá sido lobolada – visto a descendência ser patrilinear, mas a pertença à linhagem só ser reconhecida através do *lobolo*. Repare-se também na última situação referida no próximo parágrafo.

¹⁵ Um dos vários casos que me foram relatados é o do pai deste noivo. No período que destaco, a prática seria sobretudo seguida por «assimilados», estatuto que correspondia, nas colónias portuguesas, a uma situação legal intermédia em que, com base no reconhecimento por parte do Estado de um conjunto de indicadores de “civilização”, um indivíduo era considerado apto a aceder, embora numa condição subalterna, a diversas posições e putativos direitos de cidadania, enquanto - se quisermos - “quase branco”. Para além de o indivíduo em causa se passar a reger pelas leis “da Nação” e não pelo direito consuetudinário – nunca fixado de forma muito exacta (Pereira, 2001) e por isso se referindo essencialmente, na prática, ao tipo de instituição administrará a justiça – o estatuto arrastava relevantes consequências simbólicas e, potencialmente, socio-económicas.

¹⁶ A perda dos filhos e seus descendentes deve-se às regras patrilineares de descendência, vigentes nos contextos sociais onde existe esta instituição.

¹⁷ É o caso, a título de exemplo, do casamento entre Nelson Mandela e Graça Machel (Knoetze, 1999).

¹⁸ Embora a libra estrelina circulasse já no império de Gaza, são habitualmente destacados como factores de monetarização da economia o imposto de palhota, o cultivo forçado de algodão e, de forma mais discutível e datada, a desestruturação colonial da organização agrícola. Veja-se, por exemplo, Negrão, 2001 e First, 1998 [1977].

naquele contexto colonial, adquirir o dinheiro suficiente para, agora, aceder ao estatuto efectivo de homem e garantir a reprodução física da linhagem.

Conforme salientei noutra ocasião (Granjo, 2003), a monetarização do *lobolo* vem introduzir, neste contexto de acesso ao dinheiro, subtis mudanças no seu significado social. Antes, a mobilização de meios para o casamento envolvia os seniores da família e excluía em geral o próprio noivo, salientando com isso a sua mudança de estatuto e o carácter colectivo do acordo. A obtenção dos meios para lobolar passa, no entanto, a estar principal ou exclusivamente a cargo do próprio noivo, alterando num dos seus vértices a relação estabelecida. Apesar de a cerimónia continuar a enfatizar (devido àqueles que nela tomam parte) o carácter colectivo da aliança estabelecida, esta é passível de ser apropriada como um contrato pessoal entre um indivíduo e um grupo, com importantes consequências ao nível simbólico e das relações familiares de poder, dependência e obrigação.

Tal como adiante veremos, ao analisar o *lobolo* que descrevi, é ainda possível que seja o próprio casal a mobilizar-se em conjunto, a fim de adquirir e poupar os meios necessários para formalizar a sua relação conjugal.

Mas verificaremos também que essa situação radicou numa outra particularidade fulcral do *lobolo* no sul de Moçambique: o papel que nele assumem os antepassados dos noivos.

De facto, essa instituição não é encarada como um assunto que apenas diga respeito aos vivos. É, pelo contrário, habitual dizer-se que «os antepassados comem o *lobolo*». Significa isto que é suposto serem eles os reais destinatários dos bens entregues e, afinal, os signatários últimos do acordo e da aliança que através dele é reconhecida.

Nessa perspectiva, por muito prosaico que na prática seja o destino dado ao dinheiro,¹⁹ ao nível ideológico eles recebem-no e gastam-no quase por procuração. Mais do que uma extensão ou parte da família, que seja igualmente consultada, os antepassados serão o alvo e o garante da cerimónia; serão eles os sancionadores e guardiões da união, cabendo-lhes daí em diante proteger os noivos e os seus descendentes.

É, por isso, recorrentemente considerado que as negociações falharão caso os antepassados não estejam de acordo, que o incumprimento de parte do combinado trará represálias suas (sem que para tal seja necessário o recurso dos vivos à feitiçaria), ou ainda que não se pode lobolar uma europeia, por os espíritos dos seus antepassados estarem longe e não poderem receber o *lobolo*.

Conforme em seguida veremos, esta leitura social do papel dos antepassados foi, em conjunto com a interpretação do aleatório e do infortúnio que é hegemónica neste contexto, essencial para a realização do *lobolo* que descrevo neste artigo.

“Tradição” ao serviço da inovação

Um primeiro ponto a reter acerca do processo que conduziu a esta cerimónia é o facto de ela resultar da conjugação de interesses de três diferentes grupos, movidos por motivações também elas diversas.

¹⁹ Esta é outra das consequências da substituição, no pagamento do *lobolo*, de bens de prestígio por equivalentes universais de valor.

Para a família do noivo, realizar o *lobolo* era fundamentalmente uma questão de honra.²⁰ Tratava-se de deixar de estar em falta, numa situação considerada irregular e de dívida - sobretudo sendo o faltoso herdeiro da liderança da linhagem. Tratava-se também, acessoriamente, de retirar a outros grupos argumentos que pudessem responsabilizar a família ou os seus membros por acontecimentos indesejáveis.

A família da noiva, pretendendo regularizar a situação dela, expressava como razão principal desse desejo a necessidade de apaziguar os antepassados, por forma a assegurar a sua protecção para a noiva.

Os noivos, sendo embora sensíveis às preocupações das famílias respectivas, tinham uma motivação conjunta e específica, enquanto casal. Essa motivação era ultrapassar dificuldades conjugais por si sentidas.

Deveremos abrir aqui um parêntesis, para tomarmos consciência de que este casal espelha, quando mirado por olhos europeus imersos em formas de conjugalidade urbanas e contemporâneas, uma “normalidade” que é, não obstante, bem pouco habitual no contexto socio-cultural a que ambos pertencem.

Abstendo-me embora de apresentar dados que possam ser considerados sensíveis pelos próprios, poderei começar por referir que o casal se assume como uma equipe que funciona em conjunto, traça estratégias e toma as decisões familiares entre si – só depois as negociando, se necessário, com outros familiares.

No campo dos afectos, ambos assumem que se amam e que estão, efectivamente, com a pessoa com quem querem viver. Se Jaime indica essas emoções - e o seu reconhecimento por ter em Elsa uma boa esposa - como aspectos que também queria expressar ao realizar o *lobolo*, o amor está longe de ser ali considerado uma condição *sine qua non* para o casamento, inclusivamente por estas duas pessoas.²¹

Pude também verificar que o esposo não mantém amantes, o que é um facto razoavelmente raro (Silva, 2003). Por outro lado, embora reconheça que, por razões de prestígio e de gosto por crianças, lhe agradaria ter mais famílias (tal como o pai e o avô tiveram), abdica dessa ideia por respeito pela esposa e pelos seus sentimentos, considerando que uma situação como essa não seria aceitável nem compatível com o tipo de relação conjugal que mantém.

Trata-se, em *suma*, de uma casal com uma relação conjugal bastante moderna e inovadora (respeitando embora grande parte das diferenciações de género localmente vigentes), facto a que não será estranha uma estada prolongado do marido na ex-RDA.

Apesar deste quadro, Jaime e Elsa começaram a sentir que algo não ia bem na sua vida conjugal. Abstendo-me de novo de entrar em pormenores, aconteceu que, após quase uma década de vida em comum, a harmonia entre ambos deixou de corresponder àquilo que consideravam necessário, as discussões se sucediam, as tensões se reflectiam até na vida íntima. Cumulativamente, as tentativas de

²⁰ Note-se que, conforme veremos, essa família tem um destacado estatuto social, apesar da sua debilidade económica. Os dados e apreciações que daqui em diante apresento, acerca dos indivíduos e grupos envolvidos, baseiam-se em conversas e entrevistas informais e na observação directa.

²¹ A título de exemplo, recordo-me que, ao reparar na semelhança física que a minha filha tem comigo, Elsa comentou com a minha esposa que ela deveria gostar de mim quando concebemos a criança. Mais do que a mera reprodução de uma crença local, o comentário expressa de forma evidente a aceitação de que o sentimento amoroso não exista necessariamente entre um casal.

manter ou melhorar a situação material da família não corriam muito bem e surgiam mesmo problemas de saúde.

Considerando que algo estava errado, o casal analisou em conjunto a situação. Visto concordarem que se amavam e queriam estar juntos, que no essencial tinham objectivos comuns, as dificuldades que sentiam (e que, para a esmagadora maioria dos seus vizinhos, não adquiririam o estatuto de “problemas”), não deveriam existir.

Analisada a situação, concluíram que a sorte a que - individualmente e como casal – tinham direito estava a ser «congelada» pelos espíritos dos antepassados, por estarem em falta para com eles.

Este diagnóstico é, devemos salientá-lo, perfeitamente coerente. Conforme os indivíduos não-especialistas sistematicamente referem e os vanyamussoro²² com quem falei confirmam e sistematizam, a interpretação dos acontecimentos indesejáveis que é dominante no sul de Moçambique considera que eles (caiam ou não sob alçada da noção tecno-científica de aleatório) decorrem em princípio de relações de causa/efeito materiais ou sociais, mas só atingem os indivíduos devido a uma de três razões possíveis: por incúria sua, por falta de protecção da parte dos espíritos dos seus antepassados, ou por feitiçaria.²³ Estas três hipóteses são, aliás, as três grandes categorias em que enquadram os diagnósticos de um nyamussoro, para além da categoria quase residual de doença natural.

No caso que aqui acompanhamos, não houve recurso a adivinhação especializada. Para além da tentarem resolver na intimidade problemas que consideravam íntimos, isso ficou no essencial a dever-se ao temor de uma futura dependência psicológica ou mágica relativamente ao nyamussoro, e de que este pudesse (conforme é também *vox populi*) transferir a sorte e força vital do casal para outros pacientes, mais ricos ou bem posicionados em termos sociais. No entanto, mesmo sem uma consulta que confirmasse o diagnóstico feito, o casal operacionalizara os referentes culturais que são dominantes no seu contexto social e, em função deles, identificara a causa mais plausível e provável.

Restava traçar uma linha de acção que resolvesse o problema. Exposta a questão à mãe de Elsa (a cuja linha de descendência ela pertence, visto que o pai não a lobolou), aquela *pahlhou* os seus antepassados na presença do casal, transmitindo-lhes a sua intenção de regularizarem a situação matrimonial em que se encontravam, e a sua promessa de começarem a juntar dinheiro para o lobolo, que não tinham de momento condições para realizar. Em função dessa intenção e promessa, foi pedido aos antepassados que não intervissem negativamente e, pelo contrário, ajudassem o casal.

Segundo os cônjuges, notaram-se de imediato melhorias. Contudo, foram necessários dois anos para reunir os meios necessários. Durante esse tempo, podemos dizer que, embora o salário de Jaime fosse o principal rendimento da família, Elsa teve uma participação importante no esforço realizado, organizando pequenos negócios comerciais que nalguns casos implicavam a sua deslocação à Swazilândia, para abastecer-se.

²² Singular, “nyamussoro”. Acerca deste fascinante tipo de “curandeiros” e suas particularidades, veja-se Honwana, 2002. Aplico a noção de “hegemonia” na sua acepção gramsciana.

²³ Note-se a semelhança entre esta concepção (embora ela inclua entre os vectores essenciais a acção dos espíritos sobre o quotidiano dos vivos) e a interpretação da bruxaria Azande apresentada por Evans-Pritchard (1978 [1937]). Refiro apenas o sul de Moçambique, embora suspeite que o que fica escrito se aplicará a quase todo o território nacional, por insuficiente conhecimento da minha parte acerca de outras áreas do país.

A cerimónia e a sua viabilização surgem, assim, como um projecto comum e em comum concretizado.²⁴ No entanto, mais do que essa constatação que tanto nos afasta das lógicas da “compra” de mulher ou da mera aquisição de descendência, convirá sobretudo salientar que, no decurso do processo que conduziu a este *lobolo*, preocupações modernas e decorrentes de vivências conjugais inovadoras encontraram nas exegeses “tradicional” o idioma que as expressasse, da mesma forma que encontraram na cerimónia matrimonial “tradicional” o instrumento para a superação dos problemas sentidos.

Lobolo, descendência e direitos

A própria motivação dos noivos acabou por ter consequências importantes na morfologia e pormenores da cerimónia.

Nem a expressão cabisbaixa e carrancuda mantida pela mãe da noiva, nem a enfática exuberância da actual companheira do pai, decorriam de normas de comportamento que devessem ser seguidas durante um *lobolo*. É pelo contrário esperado que a mãe da noiva, mantendo embora uma postura digna e reservada, exteriorize a sua alegria e orgulho pelo acontecimento.²⁵ A “madrasta”, tendo embora direito ao tratamento de «mãe» caso ambas as relações conjugais tivessem sido formalizadas, nem se deveria destacar relativamente à mão biológica, nem tinha direito, neste caso específico, a qualquer título formal de parentesco.

A própria presença de familiares do pai na delegação que recebeu os Zucula era, sobretudo nas posições de destaque que eles ocuparam, muito pouco consentânea com as normas.

Conforme anteriormente referi, o pai da noiva não lobolou a mãe. Assim sendo, Elsa não é sua descendente; nem ele nem a sua família tinham direito a dinheiro do *lobolo* da filha, tal como não tinham o direito de negociar a mudança de estatuto e pertença de alguém que não fazia parte do seu grupo.

A sua participação na cerimónia e na partilha do lobolo foi, apesar disso, objecto de árduas e prolongadas negociações. O pai de Elsa apresentava a proposta de receber todo o dinheiro e, com ele, lobolar a mãe dela. Mais do que pela sua incoerência formal, essa ideia era inaceitável para a parte contrária por a mãe da noiva não querer já ser lobolada. Estando separados há bastantes anos e tendo ela assegurado autonomamente habitação e sobrevivência, um eventual *lobolo* iria formalizar uma situação já inexistente em termos emotivos e relacionais, e fá-la-ia perder independência e mesmo propriedade pessoal que tinha entretanto assegurado.²⁶ Passando a negociar-se percentagens, as duas famílias acabaram por concordar na entrega de um terço do *lobolo* ao pai da noiva, recebendo a mãe desta o restante.

Era, conforme ambas as partes sabiam, um acordo injusto e abusivo à luz das normas que a estes casos se aplicam. Daí o silencioso protesto na face da mãe da noiva. Daí, também, a excessiva comemoração e declaração gestual de afectividade por parte da “madrasta” – que, conforme esclarece Elsa, a isso estava obrigada por «saber que levava para cada dinheiro que não é dela». Daí, por fim, o

²⁴ Mesmo se, discursivamente, ninguém questiona que foi Jaime quem lobolou Elsa. Não obstante, mesmo as expressões de orgulho semelhantes a «Eu paguei um *lobolo* alto» coexistem, noutras conversas, com o reconhecimento implícito de um esforço conjunto.

²⁵ A julgar por canções populares a que entretanto perdi o rasto, a tristeza pela separação, a existir, será antes de esperar na noiva, cabendo à mãe animá-la com frases como a de um refrão que recordo: «Não chore, minha filha. Foi você que escolheu a flor do seu coração».

²⁶ O pai dos seus filhos e a família deste não têm hoje qualquer autoridade sobre ela, o que deixaria de ser o caso. Correria igualmente o risco de, por morte dele, ver a sua casa esvaziada pelos familiares do falecido, de acordo com um costume que, embora sem reconhecimento legal, continua por vezes a ser praticado mesmo entre camadas elevadas da população – conforme terá, por exemplo, ocorrido com algumas das viúvas de altos dignatários falecidos junto com Samora Machel, no atentado que o vitimou.

distanciamento e segura com que a noiva, solidarizando-se com a mãe, recebeu as felicitações do pai e da sua companheira.

No entanto, o acordo obtido resultava em determinante medida das motivações que haviam levado os noivos a realizar o *lobolo*, e não tanto de pressões negociais.

Sendo o seu objectivo fundamental apaziguar os antepassados da noiva, a fim de superarem os seus problemas conjugais, esse apaziguamento teria que incluir os antepassados do pai de Elsa – que provavelmente estariam já agastados, de acordo com esta lógica explicativa, por do incumprimento dos deveres matrimoniais por parte do seu descendente ter resultado a perda dos seus filhos pela família.

Esse apaziguamento era ainda sensível por uma outra razão. O pai da esposa é, neste contexto socio-cultural, uma figura particularmente ameaçadora. Teme-se por exemplo que, caso ele não se sinta suficientemente bem recebido em casa da filha, se vingue no genro através de feitiçaria. São também comuns as acusações de que, a fim de obterem benefícios materiais, pais ofereçam a espíritos errantes a sua filha como esposa e morada física, fazendo com que o seu posterior casamento com um homem vivo seja infernizado por constantes problemas e por expressões daquilo a que designamos por histeria.²⁷ O carácter potencialmente ameaçador atribuído ao pai da esposa é ainda, de forma lógica e compreensível, generalizável aos espíritos dos seus antepassados - tanto mais que é atribuído aos espíritos, sobretudo se recentes, um comportamento caprichoso e obstinado, semelhante ao das crianças (v. Honwana, 2002).

Assim sendo, a ausência da família do pai na cerimónia ou a sua insatisfação relativamente a ela - projectável sobre os antepassados - anularia o efeito desejado pelos noivos ao organizar o *lobolo*. Sem conseguir apaziguar parte dos possíveis responsáveis pelos problemas existentes, realizar a cerimónia seria «deitar dinheiro à rua».

Pelo contrário, partilhar com o pai da noiva o dinheiro do *lobolo*, ter o seu principal sobrinho a receber os Zucula e a esposa dele como “mestre de cerimónias”, equivalia a reafirmar a importância do parentesco - mesmo se não legitimado - com essa família e, concomitantemente, a importância desses antepassados.

Uma excepção aristocrática

Este assunto de tão difícil resolução, relacionado afinal com o papel assumido pelo *lobolo* na definição da descendência, contrasta significativamente com a situação vivida na família Zucula.

Ficámos a saber, pela descrição que inicialmente apresentei, que “De Wilde” (o filho de Jaime e Elsa) participou no *kuphalha* realizado em sua casa antes do *lobolo* dos pais, com o estatuto de «mais novo» dos Zucula. Poderei acrescentar que tanto ele como o pai sempre usaram esse apelido, sempre foram reconhecidos como tal, e nunca esse facto levantou objecções.

De acordo com as regras “tradicionais” de descendência e transmissão do nome, contudo, “De Wilde” não tinha obviamente direito a ele antes de o seu pai lobolar a mãe, e muito menos a participar, com o estatuto que participou, num rito tão importante.

Acontece, também, que os pais de Jaime nunca realizaram *lobolo*.

²⁷ Esta crença não é de forma alguma um arcaísmo que seja contado pelas pessoas como uma ilustração exótica. Conheço directamente um caso assim diagnosticado, um outro em que o marido recusa esse diagnóstico feito pela sua família, e foram-me contados alguns outros por pessoas próximas dos casais em questão. Ao contar o primeiro destes casos a um casal amigo, este ficou, ao contrário do que eu esperava, visivelmente impressionado e assustado.

O lobolo do meu amigo Jaime – Paulo Granjo

O seu pai tentou realmente fazê-lo (conforme aconteceu com outra mulher, em resultado de uma gravidez), mas o sogro não aceitou. Tendo, como ele, o estatuto de «assimilado», o sogro terá respondido que não aceitava participar nessas práticas «selvagens», nem aceitaria «vender a filha» para que ela depois ficasse à mercê de eventuais maus tratos por parte da sua nova família. O casamento, para si, teria que ser na igreja - conforme veio a acontecer (foto 6).

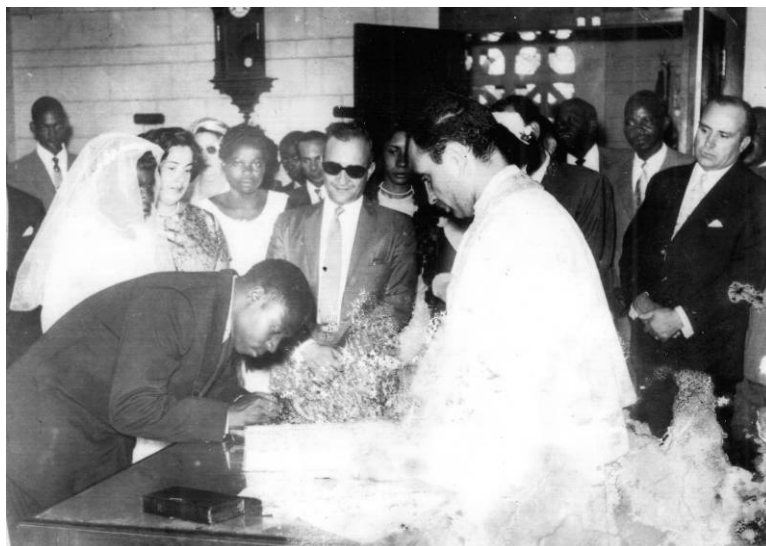


Foto 6: Casamento dos pais de Jaime Zucula.

Mesmo se ficou registada na história familiar a retirada, por parte do sogro, de uma das muitas notas apresentadas (num sinal de aceitação da união que lhe era solicitada), a interpretação estrita das regras daria a Jaime o apelido Pinto, como a mãe, e não Zucula, como o pai.

Como se explica, então, que assim não seja, e que tal situação recolha o consenso social?

A questão está relacionada com o facto de Jaime e “De Wilde” estarem inseridos, até onde é mantida a memória familiar, na linha directa de filhos mais velhos de filhos mais velhos de uma importante linhagem.

Embora o pai de Jaime nunca tenha aceite cargos públicos (primeiro, pela sua vantajosa posição profissional, rara num africano durante o período colonial; depois, pela hostilidade pós-independência para com as chamadas “autoridades tradicionais”), era uma figura particularmente respeitada no bairro, onde gozava de um poder de influência que o fazia ser procurado para arbitrar disputas entre vizinhos.

Essa capacidade vinha-lhe em parte das suas características pessoais, mas também (e talvez sobretudo) do facto de o seu pai, avô de Jaime, ter sido o primeiro e até agora único régulo do Xipamanine.

Este é um caso excepcional, resultante da acção da administração colonial. Com a migração, para os “caniços” suburbanos de Lourenço Marques, de moçambicanos oriundos de diferentes áreas do território, foram buscados indivíduos falantes das suas línguas, para assegurar também na cidade a recolha de impostos e administração intermédia exigidas aos régulos. O avô de Jaime foi abordado para assegurar essas funções e, visto ter recusado, foi encerrado durante dois meses num navio fundeado no porto, sob ameaça de deportação para as roças de São Tomé. Acabou por aceitar, sob rogo da sua esposa

(transportada pelas autoridades, juntamente com os filhos, da vila da Manhiça até ao navio), num quadro de que facilmente imaginamos a violência emotiva.

Mas nem o empenho das autoridades nem a recusa deste homem eram fortuitos. O avô de Jaime era o herdeiro de seu pai, na Manhiça, e quando falamos deste bisavô do nosso noivo o título de régulo já se torna impreciso e redutor.²⁸ Ele era o herdeiro de uma família real anterior às invasões N'guni, e chefiara o território dominado pelos seus antepassados na qualidade de alto dignatário de Gungunhana e comandante de um dos seus regimentos, conforme aconteceu com várias outras linhagens reais machangana integradas na estrutura político-administrativa do império de Gaza.²⁹ Tão pouco a derrota desse estado pelas forças portuguesas veio alterar a sua condição e dignidade reais, mantidas durante o processo de construção do domínio efectivo de Portugal sobre o território da colónia, no início do século XX.

O avô de Jaime que, segundo a memória familiar, foi detido durante uma longa viagem através dos locais «onde ia o seu povo» a fim de melhor o governar no futuro, era assim uma importante figura para a credibilidade e legitimação dos novos regulados suburbanos, que contudo constituíam para ele uma despromoção. Ao mesmo tempo, embora afastado do território legitimador do seu estatuto e integrado na vida urbana a partir do momento em que se fixou como régulo do Xipamanine, a sua genealogia e o peso do seu nome eram conhecidos pelos seus novos “súbditos”.

Independentemente da sua modéstia económica, é portanto de uma linhagem real (ou «de fidalgos», como de forma curiosa ouvi uma vez referi-la) que falamos, quando falamos destes Zucula.

Falamos também de três gerações de homens individualmente prestigiados no Xipamanine, pois mesmo Jaime – que recusou um recente convite para ser régulo, por ter um tio vivo e considerar fictícia a autoridade que hoje estaria associada ao cargo – tem no seu historial acções respeitadas e, para um observador exterior, ditadas por um sentimento de responsabilidade pessoal para com a comunidade.³⁰

Verificamos assim que, se há regras fortes e claras acerca da transmissão do nome e estatuto através do *lobolo*, há igualmente o espaço social para excepções. A julgar por este caso, esses torneamentos das normas tornam-se possíveis e aceites quando ao prestígio de uma linhagem se junta o dos indivíduos que, nela, ocupam posições centrais.

Dessa forma, vamos encontrar a subversão das regras precisamente onde seria de esperar uma maior rigidez – ou seja, naquilo que constitui, para todos os efeitos, uma sucessão dinástica, mesmo que sem trono.

Lobolo e quotidiano

Lobolar ou ser lobolada não é, no entanto, apenas uma matéria de descendência, economia ou relação com os espíritos, por muito reinterpretable e passível de manipulações práticas que cada um destes aspectos se revele.

²⁸ “Régulo” é uma expressão portuguesa que pretende, na sua origem, diminuir a carga da palavra “rei” quando aplicada a africanos, e que foi utilizada tanto para Gungunhana, último imperador de Gaza, como para chefes subalternos que administravam pequenas partes do território dirigido pelo seu chefe de linhagem, de quem normalmente os separavam ainda um ou dois níveis hierárquicos intermédios.

²⁹ Acerca da política de integração das linhagens antes reinantes na estrutura do estado N'guni, e das circunstâncias do seu ascenso e queda, veja-se, por exemplo, (Pélissier, 1994) e (Vilhena, 1996).

³⁰ Acerca destes aspectos e de uma mais pormenorizada história da família, veja-se quando disponível (Granjo, no prelo).

Também as consequências desse acto sobre as relações quotidianas são marcantes e, segundo o casal que serve de base a este artigo, sensíveis num prazo muito curto.

Em termos abstractos, um homem que realiza um *lobolo* torna-se sénior dentro da sua geração. Esse estatuto e a razão que lhe subjaz arrastam consigo, no entanto, uma efectiva alteração de atitudes por parte dos amigos e dos familiares inseridos no mesmo escalão geracional.

O homem que lobola torna-se, antes de mais, um exemplo a seguir. A imitação da sua atitude é tão frequente que a cerimónia é popularmente apresentada como um fenómeno epidémico, dizendo-se mesmo que a cada *lobolo* se seguirão outros três, em cada um dos restantes pontos cardeais do bairro. A par desta representação que retoma as referências culturais ligadas à cosmologia e à importância do equilíbrio social, diz-se também, de forma mais prosaica, que quando um homem lobola os seus amigos se sentem obrigados a imitá-lo, «para não serem menos do que ele».

O comportamento dos amigos altera-se também num outro aspecto. O homem que lobolou passa a ser por eles tratado com um sensível distanciamento, respeito e cuidado.³¹

Por um lado, deixa de ser convidado para muitas das actividades de sociabilidade masculina em que antes estava inserido. Desenrolando-se elas sobretudo à noite, é pressuposto que as suas novas responsabilidades são incompatíveis com frequentes ausências de casa, na altura em que lhe cabe apoiar a família.³²

Por outro lado, os homens que apenas vivem em união de facto passam a evitar ter, com um amigo que lobolou, as discussões utilizadas ou as brincadeiras e picardias verbais que costumam ser frequentes. A razão é, neste caso, o receio de que ele possa mandar calar o atrevido, dizendo-lhe que «nem sequer é casado» - o que corresponde a uma envergonhadora acusação de irresponsabilidade e incompleta hombridade, a que não se pode sequer responder pois é um direito que lhe assiste.

Também as mulheres loboladas se tornam um exemplo invejado. É um comentário corrente que as suas irmãs, primas e amigas começam a pressionar os seus companheiros respectivos, por vezes com êxito – conforme aconteceu com a irmã de Elsa, lobolada poucos meses depois dela.

As principais consequências para a vida quotidiana são, no entanto, a respeitabilidade e o completo estatuto de adulta.

Ser mãe não confere necessariamente esse estatuto. O facto de uma jovem engravidar é um problema desagradável para a sua família, mas é também um acontecimento corrente e de forma alguma estigmatizante. Mesmo que sejam encontradas as condições para que uma mãe solteira habite na sua própria casa, com os seus filhos, isso não implica que seja reconhecida como mulher – conforme se torna evidente no caso de uma senhora minha conhecida, que insiste em participar nos contratos verbais da filha e em ser informada da qualidade do trabalho por ela realizado, por a considerar uma «criança» dependente, apesar de ela viver nas condições que acima referi.

Quanto à forma como é encarada a respeitabilidade, verificamos que tentar aliciar uma mulher que vive com alguém, mesmo que dele tenha filhos, é essencialmente uma malandrice traiçoeira e desagradável para com o seu companheiro; fazer o mesmo com uma mulher lobolada é uma acção

³¹ Estas mudanças eram já evidentes para o noivo, menos de duas semanas após o seu *lobolo*.

³² Este facto não será talvez estranho à curiosa instituição da «noite dos homens», socialmente aceite e generalizada em Maputo. Nas noites de sexta feira, os homens casados podem ausentar-se de casa até ao nascer do sol, sem que se torne legítimo perguntar-lhes por onde andaram, com quem e o que fizeram. Simetricamente, algumas mulheres dizem jocosamente que essa é, afinal, a «noite das mulheres», pois também eles não sabem o que é que as esposas estiveram a fazer.

imperdoável e um atentado à sua dignidade. Com o *lobolo*, também, uma mulher terá que ser convocada para as reuniões familiares em que se discutam questões “de mulheres” ou que as envolvam. Por fim (questão simbólica e sociologicamente mais importante do que pode parecer), torna-se inaceitável que alguém a chame gritando «Hei!», ou por qualquer outra forma que não o seu nome.

Ou seja, em vez de ter de esperar que o tempo e o reconhecimento, pelos outros, das suas qualidades e sentido de responsabilidade a façam ser tratada como uma mulher completa e respeitável (num processo de negociação informal de estatutos que se pode arrastar por muitos anos), aquela que é lobolada adquire desde logo essa dignidade, por muito jovem que seja.³³

Dessa forma, apesar de a troca económica estabelecida entre os grupos envolvidos no *lobolo* poder ser, caso a caso, apropriada e assumida na prática quotidiana como uma legitimação de opressivo poder marital que se vem somar às já assimétricas relações gerais de poder entre géneros, aquilo que é subjectivamente sentido e destacado - fora dessas situações extremas, embora possivelmente correntes - é a dignidade e elevação de estatuto que são conferidas pela cerimónia.

Coda

Não estão disponíveis dados estatísticos acerca da prática matrimonial de que temos vindo a falar.³⁴ Podemos mesmo assim verificar que, após a sua catalogação pelos colonizadores como um exótico e incivilizado arcaísmo, e após a sua inclusão entre as práticas e instituições a abater pelas autoridades do Estado independente,³⁵ o *lobolo* se mantém e aparentemente reforça, reproduzindo-se hoje num contexto em que o discurso público generalizadamente aceita (e por vezes enfatiza) a “tradição”.

No entanto, se é plausível que este novo ambiente ideológico esteja relacionado com a recuperação dessa instituição por parte das elites socio-económicas,³⁶ a sua resiliência em situação de semi-clandestinidade durante as fases que lhe foram adversas – para os «assimilados» que através dele punham em risco o seu estatuto privilegiado; para os cidadãos do país independente que poderiam, por sua causa, ser acusados de retrógrados e contra-revolucionários – indica-nos que a actual retórica valorizadora da “tradição” está longe de poder justificar a vitalidade do *lobolo*.

Antes sugiro que à sua continuidade não são certamente estranhos o seu polissemantismo, a multiplicidade de motivações que em virtude dele pode recobrir, e a plasticidade que demonstra - mesmo no que concerne aspectos que, numa análise formal e generalizante, poderiam parecer essenciais.³⁷

³³ Estas alterações (e várias das que são sentidas pelos homens) estendem-se às formas “ocidentais” de casamento, civil ou religioso. Mas estas são, pela dimensão das festas que se espera lhes estejam associadas, consideradas cerimónias muito caras, que entre as camadas pobres da população - a esmagadora maioria, afinal - se realizam rara ou tardiamente, por vezes como comemoração das bodas de prata do *lobolo*.

³⁴ Os dados dos censos (INE, 1997) apresentam, quanto ao estado civil, diversas limitações de leitura: o tratamento estatístico inicia-se aos 12 anos de idade; o *lobolo* e outras formas de casamento costumeiro surgem na categoria de “união marital” (*grosso modo* 3 vezes mais frequente que o casamento civil), junto com as uniões não formalizadas, que pelo menos em Maputo são muito frequentes; é muito provável que um elevado número de mulheres classificadas como solteiras se encontre em relação de concubinato com homens não residentes, que tenham relações matrimoniais formalizadas com outras mulheres. A designação do *lobolo* como “união de facto” surgiu durante o esforço estatal para, na primeira década de independência, generalizar o casamento civil; contudo, ele era já nessa altura reconhecido como a forma de matrimónio predominante no sul de Moçambique, sendo preocupante para as autoridades a evidente incapacidade de reduzir a sua importância quantitativa (Arnfred, 2001).

³⁵ Juntamente com o «feudalismo» dos régulos, o «obscurantismo» das crenças mágico-religiosas e os casamentos «precoces» (Kruks e Wisner, 1984) e (Geffray, 1991).

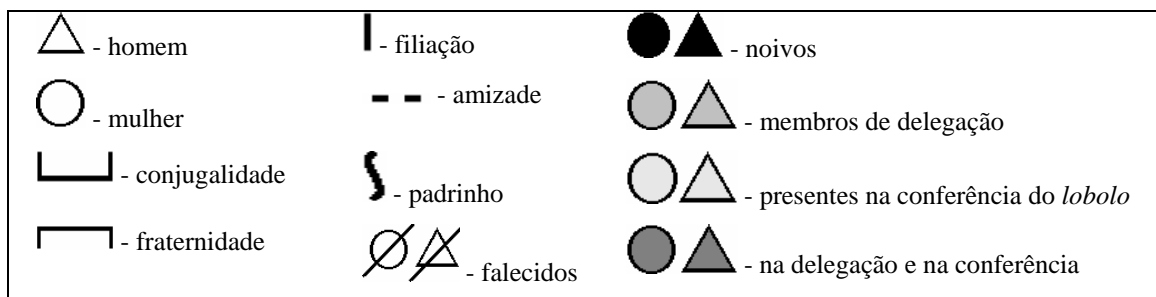
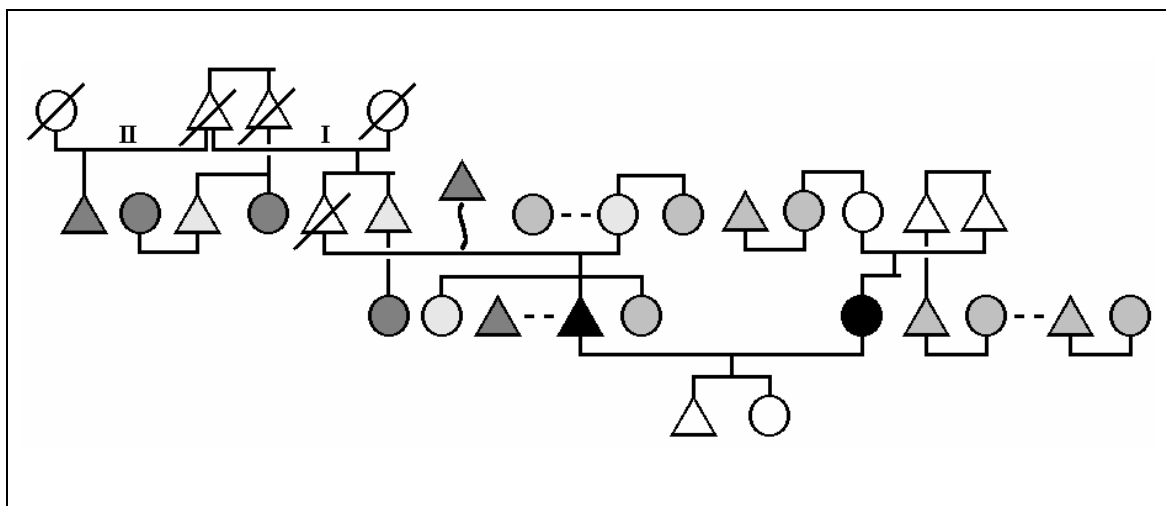
³⁶ A título de exemplo, as páginas de crónica social de uma revista de programação televisiva eram, em finais de 2003, ocupadas pelo *lobolo* de um embaixador moçambicano, que para o efeito se tinha deslocado a Maputo.

³⁷ Para além das variantes referidas ao longo do artigo, é perturbador de qualquer visão estática verificar que, em quatro gerações de Zuculas, foram quatro diferentes entidades quem pagou o *lobolo*. De acordo com uma regra introduzida pelos N’guni (e desrespeitada, na luta sucessória, pelo pai de Gungunhana), a esposa oficial do bisavô de Jaime foi lobolada «pelo povo»; o seu avô viu o *lobolo* ser pago pelos seniores da sua família; o pai de Jaime tentou lobolar a esposa com o seu próprio dinheiro; os meios

Juntando em si a legitimação conjugal, o controle da descendência, a dignificação das partes envolvidas e a domesticação do aleatório através da acção dos antepassados,³⁸ por um lado, e tendo, por outro, o espaço e a capacidade de se assumir (através das representações que lhe estão associadas) como instrumento para a superação de problemas inovadores, o lobolo não encontra no seu contexto socio-cultural qualquer outro rival à altura.

Mais do que em considerações financeiras ou em mimetismos culturais, reside aí a sua força e durabilidade, atravessando mutações na sociedade e nas formas de viver a vida e a relação conjugal.

Gráfico 1: Relações familiares das pessoas com papéis activos no lobolo



para o lobolo de Jaime e Elsa foram, como referi, obtidos através de um esforço conjunto e concertado dos noivos. A tentação de ler esta sucessão de casos como um caminho em direcção à modernidade é quase imediata; essa leitura parecer-me-ia, contudo, simplista e pouco representativa.

³⁸ Ver, acerca das implicações deste conceito, (Granjo, 2004).

Referências bibliográficas e discográficas:

- AFONSO, Zeca (1996 [1970]), “Carta a Miguel Djéje”, in *Traz outro amigo também*, Movieplay JA8003, (faixa 10).
- ARNFRED, Signe (2001), *Family forms and gender policy in revolutionary Mozambique (1975-1985)*, Travaux et Documents 68-69, Bordeaux, Centre d’Étude d’Afrique Noire.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. (1978 [1937]), *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, Rio de Janeiro, Zahar.
- FIRST, Ruth (dir.) (1998 [1977]), *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*, Maputo, Centro de Estudos Africanos – UEM.
- GEFFRAY, Christian (1991), *A causa das armas em Moçambique: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Porto, Afrontamento.
- GLUCKMAN, Max (1982 [1950]), “Parentesco e casamento entre os Lozi da Rodésia do Norte e os Zulu de Natal”, in Radcliffe-Brown e Forde (dirs.), *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, (pp. 225-279).
- GLUCKMAN, Max (1987 [1958]), “Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna”, in Bela Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das Sociedades Complexas: métodos*, S. Paulo, Global, (pp. 227-344).
- GRANJO, Paulo (2003), “A Mina Desceu à Cidade: memória histórica e a mais recente indústria moçambicana”, *Etnográfica*, vol. VII, 2, (pp.403-428).
- GRANJO, Paulo (2004), *Trabalhamos Sobre um Barril de Pólvora: homens e perigo na refinaria de Sines*, Lisboa, ICS.
- GRANJO, Paulo (no prelo), *Jaime Zucula – moçambicano, operário e magermano*.
- HONWANA, Alcinda (2002), *Espíritos vivos, tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*, Maputo, Promédia.
- INE (1997), *II Recenseamento Geral da População e Habitação/97*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- JUNOD, Henri (1996 [1912]), *Usos e Costumes dos Bantu*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Tomo I.
- KNOETZE, Elmarie (1999), “The modern significance of the lobolo custom”, comunicação à SLSA Conference, <http://www.leeds.ac.uk/law/conferences/slsa99>.
- KRUKS, S. E WISNER, B. (1984), “The State, the Party and the Female Peasatry in Mozambique”, *Journal of Southern African Studies*, 11, 1, (pp. 106-127).
- NEGRÃO, José (2001), *Cem anos de economia da família rural africana*, Maputo, Promédia.
- PÉLISSIER, René (1994), *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*, Lisboa, Estampa.
- PEREIRA, Rui M. (2001), “A «Missão Etnognósica de Moçambique». A codificação dos «usos e costumes indígenas» no direito colonial português”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 2, (pp.125-177).
- SILVA, Terezinha (2003), “Violência doméstica: factos e discursos”, in B. S. SANTOS e J. C. TRINDADE (orgs.), *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*, Porto, Afrontamento, 2º vol., (pp. 143-164).
- VILHENA, Maria C. (1996), *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Colibri.